

Fragmentos sobre as peijas pela terra na região do Araguaia-Tocantins¹

Rogério Henrique Almeida

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Santarém, Pará, Brasil.

e-mail: araguaia_tocantins@hotmail.com

Resumo

A região do Araguaia-Tocantins se configura na história recente da luta pela terra no Brasil como um emblema no que diz respeito ao avanço do grande capital monopolista sobre as fronteiras amazônicas. O processo, induzido pelo Estado, desnuda formas de acumulação primitiva do capital, onde a expropriação apresenta relevo, e contraditoriamente, de forma desigual, forja formas de oposição a esta, a partir dos grupos colocados em condições subalternas. Neste trabalho, a partir de vivência empírica, revisão bibliográfica e levantamento de dados, registramos a presença dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, onde encontramos frações da Igreja Católica, ONGs, partidos políticos como expressões do primeiro, posseiros/camponeses e suas instituições políticas (delegacias sindicais, STRs) e o MST, como expressões do segundo.

Palavras-chave: Amazônia; movimento social; fronteira.

Fragments on the struggles for land in the Araguaia-Tocantins region

Abstract

The Araguaia-Tocantins region is configured in the recent history of the struggle for land in Brazil as an emblem with regard to the advance of the great monopoly capital over the Amazonian borders. The process, induced by the State, exposes forms of primitive accumulation of capital, where expropriation is prominent, and contradictorily and unevenly, forges forms of opposition to it from groups placed in subordinate conditions. In this work, based on empirical experience, bibliographic review and data collection, I register the presence of socio-spatial and socio-territorial movements, where we find fractions of the Catholic Church, NGOs, political parties as expressions of the former; and squatters / peasants and their political institutions (union police stations, STRs) and the MST as expressions of the latter.

Keywords: Amazon; social movement; frontier.

Fragmentos sobre luchas por la tierra en la región Araguaia-Tocantins

Resumen

La región de Araguaia-Tocantins está configurada en la historia reciente de la lucha por la tierra en Brasil como un emblema con respecto al avance del gran capital monopolista sobre las fronteras amazónicas. El proceso, inducido por el Estado, expone formas de acumulación primitiva de capital, donde la expropiación es prominente, y de manera contradictoria e irregular, forja formas de oposición a la misma por parte de grupos ubicados en condiciones subordinadas. En este trabajo, basado en la experiencia empírica, la revisión bibliográfica y la

¹ Uma fração do presente artigo integra a dissertação Territorialização do campesinato do sudeste do Pará, apresentada no Núcleo de Altos Amazônicos (NAEA/UFPA).

recopilación de datos, registro la presencia de movimientos socioespaciales y socioterritoriales, donde encontramos fracciones de la Iglesia Católica, ONG, partidos políticos como expresiones de los primeros; y ocupantes ilegales / campesinos y sus instituciones políticas (comisarías sindicales, RTS) y el MST como expresiones de este último.

Palabras-clave: Amazonía; movimiento social; frontera.

Introdução: uns apanhados sobre a (s) Amazônia (s)

As Amazônias são um mundo de águas. Furos, paranás, igarapés e riomares afluem por todo canto. Mas, também tem mar, a exemplo da bela Bragança, no Pará. Existe uma Amazônia Atlântica. No entanto, em boa parte da região são os rios que condicionam o cotidiano dos moradores. São eles que organizam a saída e a volta para casa, os horários de reuniões, os encontros, as celebrações, a coleta de frutos, o plantio na vazante, a pesca e o lazer. Banzeiros afetam alguns lugares com força, outros nem tanto. A força das águas remodela existências. As erosões fluviais – popularmente tratadas como terras caídas –, promovem processos de desterritorialização e reterritorialização em novo canto das gentes ribeirinhas.

Esse mundo de águas guarda alguns encantados: Cobra Norato, Mãe D'água e outros. Estima-se que as Amazônias abrigam 12% da reserva de água do planeta, onde aquíferos, a exemplo de Alter do Chão, são fundamentais para a sobrevivência das futuras gerações. Uma outra arena de pelejas.

A floresta é um mundo de águas e gentes de conhecimentos milenares. As gentes sabem da melhor erva para diarreia, a melhor cura para a tosse, decifram os óleos de potência antibiótica, ao olho identificam a melhor palha para trançar e cobrir a casa para a chuva não romper a proteção. Conhecem a erva mais possante para cura de quebranto. São pessoas doutoradas na ciência da seleção da madeira mais adequada para compor a canoa e o remo. Sabem das tramas do rio. Possuem traquejo que o vinho do buriti arreventa prisão de ventre. As gentes têm ciência, que quando a lua alumia o rio é o melhor momento para a pesca.

Porto Gonçalves (2001) adverte que os rios representaram o vetor de povoamento da região até meados dos anos de 1950, lógica mobilizada a partir da equação: rio-várzea-floresta. Nestes termos, consolidam-se como a principal via de circulação de mercadorias, informações e pessoas. Uma “Civilização da várzea”.

A exportação das drogas do sertão, o extrativismo da borracha e o ciclo da castanha do Pará, além de ratificar a nossa condição colonial, deram-se via os rios. O rio que quando em tempo de cheia materializava a melhor oportunidade de fuga do povo negro do cativo para a formação de seus mocambos no século XIX, como bem relata Funes (1995). Rios ora barrados para a geração de energia. Rito que aprofunda, ainda mais, a condição colonial da região como exportadora de matérias primas. *Commodities*, diria o economista.

O desenvolvimentismo imposto, amiúde, segue a expropriar as populações nativas. A título de exemplo, lembremos a Volta Grande do Xingu, com a edificação da hidrelétrica de Belo Monte. O mesmo drama sucedeu no Complexo do Rio Madeira, em Rondônia, Teles-Pires, na fronteira do Mato Grosso com o Pará. E, assombra saber de tantas outras agendadas para serem construídas, entre tantos outros rios, no Tapajós. Tramas e dramas que se espraiam para além das fronteiras nacionais, como no caso do Complexo do Madeira, que abala parte das populações ancestrais na Bolívia.

No século passado, a construção das hidrelétricas de Balbina (AM) e de Tucuruí (PA) representou a pedra fundamental de tal (ir) racionalidade. O capital em movimento a se territorializar em sua derradeira fronteira de expansão, calçado pela mediação de um Estado autoritário garantiu/e a reprodução de frações de classes, que se apropriaram/am deste. Um projeto onde prepondera o território e as suas riquezas em detrimento de suas populações. Um projeto de morte de gentes e seus saberes cuja engenharia central são as violências.

Nesta direção reeditam-se processos e práticas da pré-história do modo de produção capitalista. No caleidoscópio do avanço do capital sobre as fronteiras² amazônicas, as megabarragens despontam como um dos entes do pacote de obras de infraestrutura no presente momento, calçado na quadradura dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), mobilizados a partir da escala Pan-Amazônia, onde o norte são os interesses de *players* globais.

Uma espécie de contraponto ao modelo de polos de anos pretéritos (1960), este sob a inspiração dos postulados de Perroux e Rostow³. A opção delineou, em particular, na região do Araguaia-Tocantins, polos de madeira, de pecuária, de energia e de mineração, numa flagrante indiferença às populações locais. Um apagamento simbólico, e, na maioria das vezes, físico, como nos casos de execuções e chacinas de posseiros. Mortes a perder de vista. Em sua maioria, coberta pelo manto da impunidade sob a cumplicidade de um judiciário parcial.

Na bacia do Araguaia-Tocantins⁴, até meados dos anos de 1980, o grupo indígena gavião e seus subgrupos (Krikateje, Parketeje e Akrikateje), bem como, Kaapor, Xicrin, Atikum, Guajajara, Suruí, entre outros povos, eram os senhores do lugar, ainda que o Estado viesse a declarar durante o regime militar essa porção de terras como um vazio demográfico.

² Entre outras obras, ver José de Souza Martins, *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, 2012.

³ Sobre o tema polo ver Campos Junior, Ricardo Correia. *Teoria dos Polos de Desenvolvimento e Geografia Crítica. Uma Aproximação das Considerações de Milton Santos*. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, apresentado no Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/398/Teoria%20dos%20polos%20de%20desenvolvimento%20e%20geografia%20cr%C3%ADtica%3A%20uma%20aproxima%C3%A7%C3%A3o%20das%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Milton%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em novembro de 2020.

⁴ A bacia do Araguaia-Tocantins faz parte da política de ENIDs. A bacia banha três regiões do território nacional: Norte, parte do Nordeste e o Centro-Oeste; possui uma extensão de 813.674 km² e corta os estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Goiás, Mato Grosso e parte do Distrito Federal.

Ao denominar o espaço como vazio, é passível de ser ocupado, e assim, metamorfoseado em território do capital. A ideia de vazio tem sido reificada desde as primeiras narrativas de naturalistas, religiosos e aventureiros. O argumento do vazio tem servido de guia para a implantação de planos e projetos civilizatórios do desenvolvimentismo e da modernidade de matriz eurocêntrica. Por outro lado, o trabalho escravo, o mandonismo e o clientelismo davam contorno às relações de poder dos coronéis nessa região. Ainda nos dias de hoje ela lidera ou ocupa lugar de destaque em indicadores de violência contra dirigentes sindicais, ambientais e defensores de direitos humanos, trabalho análogo à escravidão e desmatamento.

Porto-Gonçalves (2001), entre outros de diferentes campos do conhecimento, adverte que a grande inflexão sobre a integração subordinada da Amazônia às economias centrais do país, e fora dele, ocorre durante o regime de exceção (1964-1985), tendo como baliza as obras de infraestrutura física, em particular, as rodovias. A arquitetura da ditadura civil-militar ao cimentar a integração física da região, altera de forma abissal o modelo de colonização, e consolida a lógica da rodovia-terra firme-floresta como modelo.

Tal opção aprofunda o processo migratório, promove o surgimento de inúmeros núcleos urbanos, incentiva o desmatamento, incrementa as violências contra as populações locais, intensifica as disputas pela terra, dinamiza a grilagem e o mercado de terras públicas, e fomenta formas de trabalho escravo. Agudiza-se o conflito na disputa pelo espaço e pelo território, com a predominância de mortes de camponeses e seus aliados. A “conquista” da fronteira é uma história de violências.

Nesta conjuntura, o Estado se materializa como principal indutor da economia, ao promover a renúncia fiscal, financiar obras de infraestrutura e empresas de capital externo, subsidiar com fornecimento de energia, grandes empresas da cadeia da produção de alumínio – Albrás-Alunorte, no estado do Pará, e a Alcoa, no Maranhão– e conceder terras públicas ao capital privado. Em resumo, uma normatização e promoção à pilhagem. Tudo com as devidas garantias jurídicas, como reza o mercado.

No período, emergem outras institucionalidades em substituição às criadas no governo Vargas⁵, quando se desenvolveram as primeiras tentativas em constituir a região como estratégica para o desenvolvimento do país, em atendimento às demandas externas da geopolítica da época. No arcabouço da história, coube a Vargas elaborar o primeiro planejamento de Estado para a região.

Ao avaliar o período do estado de exceção, Martins (1985-1991) realça o aspecto concentracionista da propriedade rural do Estatuto da Terra (1966). Dá ênfase ainda ao

⁵Um texto sem data, assinado pela professora Maria Celina d’Araújo, *Amazônia e Desenvolvimento*, à luz das Políticas Governamentais: A Experiência dos Anos 50 pode servir como fonte sobre o tema. Vale lembrar que boa parte das políticas teve como matriz “Os Acordos de Washington”.

Estado intervencionista como componente central na penetração do capital na fronteira amazônica.

Coube ao Estado a efetivação de instrumentos nas esferas políticas, econômicas, jurídicas, além da criação de uma série de instituições com vistas à instalação de empresas do Centro-Sul do país do ramo da pecuária na região. E assim, setores do comércio, da indústria e bancárias do Centro-Sul do país tornaram-se os principais grileiros de terras ancestrais, enfatiza o referido autor.

Na Amazônia Oriental os posseiros são expropriados pelo modelo da grande propriedade rural estabelecido através da política de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que teve nas ações do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) a garantia de sua efetivação. As medidas insistem na manutenção do monopólio da terra em mãos de poucos.

Trata-se de momentos da militarização da questão agrária. Quartéis do Exército ainda hoje povoam o território local. No campo simbólico, uma cidade nascida a partir dos garimpeiros de Serra Pelada, –Curionópolis – é uma referência ao major do Exército Curió, tido oficiosamente como o responsável por sufocar a Guerrilha do Araguaia.

As disputas territoriais simbólicas estão por todo canto. Na Transamazônica, outra cidade é nomeada como Medicilândia. Trata-se de uma referência ao mais sangrento presidente do período do estado de exceção, Emílio Garrastazu Médici. Em paragens do Amazonas existe a cidade Presidente Figueiredo. Ao oeste paraense Brasil Novo e Novo Progresso são também expressões destas disputas territoriais na arena imaterial, no campo simbólico, uma expressão ideológica da época, onde as rodovias emergiam como ícones civilizatórios.

A estrada sufocou a floresta. Ao sufocar a floresta, descortinou outras formas de produção do espaço/tempo, edificou novos territórios e dinâmicas sobre e os rios e a terra. Nesta direção, alça a terra comunal ao estatuto da propriedade privada. É no ambiente do estado de exceção que são edificadas as rodovias Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR-163), a Transamazônica (BR-230), entre tantas outras. O conjunto de ações estatais reconfigura os tecidos espaciais, econômicos, políticos, culturais e sociais da região. Numa parte dela, o sudeste paraense, isso se dará de forma radical, a exemplo do polo de gusa e seus fornos de produção de carvão, que colaboraram de forma decisiva para o incremento do desmatamento, como mostra a imagem a seguir:

Fotografia 1: Bateria de fornos (rabo quente) para a produção de carvão vegetal na região de Carajás na década de 1980, Marabá/PA.



Fonte: arquivo do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp-Marabá-PA).

Sobre este ambiente, em 2018, Ceará (Francisco Valter Pinheiro Gomes), migrante de Quixadá/CE, camponês, dirigente sindical e cordelista, assim traduz o quadro:

Com a abertura da Transamazônica
Começou a entregação
Das terras da União
Os burgueses e fazendeiros
Vindos de outras regiões. Ceará (2018).

Noutra estrofe arremata:

Aí a destruição
Começou acontecer
Queimadas descontroladas
Pra ver o pasto crescer
Destruindo fauna e flora
Como todos podem ver. Ceará (2018)

Autor de outros cordéis sobre a Amazônia, os versos de Ceará optam em fazer uma reflexão crítica sobre a integração da região ao circuito da economia-mundo. Ele traduz, a partir de suas vivências, as dinâmicas marcadas pela expropriação de seus pares, a concentração da terra e a chegada do estranho à região. Traduz a partir da sua sabença a transformação de terra de trabalho (valor de uso), em terra de negócio (valor de troca), e adverte sobre a destruição da floresta.

Em outra produção datada dos iniciais anos da década de 2000, o migrante registra formas de resistência dos camponeses da região. Conta dos processos dos grandes acampamentos dos ocupantes e assentados da reforma agrária em frente à sede do INCRA de Marabá e outras instituições.

A ocupação de terras griladas e de instituições públicas (Incra, Bancos e Prefeituras) pelos movimentos socioterritoriais no sudeste paraense foi expressiva no contexto dos anos

de 1990. Intervenções ativadas pelo MST e a Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri) e outros de menor expressão. Tais ações contaram com o apoio de inúmeras organizações, entre elas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), partidos políticos e outros mediadores, ou seja, movimentos socioespaciais.

Naquele contexto político, marcado pelo avanço de políticas neoliberais e refluxo de movimentos sociais, a estimativa era de 20 mil pessoas mobilizadas pela defesa de seus territórios em primeiro momento - durante mais de 30 dias num esquema de revezamento—, e de outras demandas de direitos a eles negados: créditos de produção, estradas, moradia, saúde e educação, bem como a transparência no processo de definição dos recursos pelo Incra.

Os escritos de Ceará revelam a apropriação da narrativa dos sujeitos que formam as fileiras de ocupações, acampamentos, PAs, romarias, marchas dos movimentos socioterritoriais para além dos muros das universidades e das gramáticas dos acadêmicos.

Nesta mesma toada dos sujeitos da fronteira das lutas, o professor de escola rural da cidade de Jacundá, em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ***Refletindo o passado a partir do olhar do presente***, Daniel Vieira da Silva relata que a sua frondosa família de migrantes nordestinos passou todos os anos do estado de exceção sendo expropriada, antes de conseguir um lote. O trabalho de Silva (2018) esclarece que num determinado momento, após mais de 15 anos lavrando a terra, o avô foi expulso por um fazendeiro.

O fragmento do TCC de Silva integra a obra coletiva ***Memorial da Terra dos Castanhais (2018)***. O livro conjuga 13 relatos de educadores e suas trajetórias de migrantes relacionadas com a luta pela terra e a educação. O caso do avô de Silva durante o estado de exceção representa a regra no conjunto das disputas pela terra na região em debate.

Intempéries naturais, surtos de malária, dramas familiares, as violências protagonizadas pelas milícias dos fazendeiros e pelo aparato público são situações comuns no conjunto dos fragmentos. Bem como as mediações de frações da Igreja Católica, a luta pela conquista dos sindicatos das mãos dos dirigentes considerados pelegos, os processos organizativos para além da conquista da terra, a exemplo do direito à educação.

As vozes de Ceará e de Silva ecoam o mundo da vida a partir dos centros das disputas dos espaços/territórios, dos sujeitos colocados em situações de subalternização. Mas, que, apesar da adversidade, insistem num possível devir. Um afrontar as cercas das fazendas, os muros das instituições e as normas instituídas do direito privado burguês, as desigualdades que estruturam o acesso aos direitos elementares.

Na referida obra acima, é motivo de profundo orgulho dos educadores/educandos da “roça” o fato de cursarem uma instituição de ensino superior da esfera pública. O presente orgulho resulta da leitura dos mesmos sobre as realidades objetivas em que estavam inseridos, em tese, um muro quase que intransponível para acessar uma universidade pública, “uma faculdade federal”.

O acesso desse conjunto de educadores/educandos que trabalham nas escolas dos municípios da região tem uma relação direta com a radicalidade do processo de territorialização camponesa no Araguaia-Tocantins, que se expressa ainda na consolidação da Faculdade de Educação do Campo (Fecampo) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e na instalação de um Campus Rural do Instituto Federal do Pará (IFPA), todos com sede no município de Marabá, uma espécie de capital da região ou cidade polo.

A instalação do campus rural do IFPA em Marabá, nestas arenas de intensos conflitos, ganha ares de um emblema. Um antigo castanhal do povo – assim era denominado por ser público e de livre acesso para a coleta do fruto – foi grilado pela família Mutran⁶. Uma renomada oligarquia local. O grilo virou fazenda na baciada do processo dos projetos de desenvolvimento. Em 1999 o MST ocupou a fazenda.

As imagens abaixo apresentam o momento de reintegração de posse da fazenda em 1999 (Fotografia 2), marcado pela forte presença de tropas da PM, e imagem do Campus Rural do IFPA de Marabá (Fotografia 3).

Fotografia 2: Reintegração da Fazenda Cabaceiras/Marabá/PA/1999.



Fonte: Acervo de J. Sobrinho.

⁶ Sobre as oligarquias dos castanhais, ver obra da professora Marília Emmi, 1987.

Fotografia 3: Campus Rural do IFPA- Marabá/PA.



Fonte: Site da instituição.

Após mais de uma década de embates, idas e vindas, ações de pistoleiros e inúmeras reintegrações de posse, a terra grilada hoje abriga o campus do IFPA em uma parcela, e noutra, famílias camponesas. O campus conta em suas instalações além de salas de aulas, auditório, com refeitório e alojamento para educandos e educadores. O evento é de um poder simbólico no que tange às disputas pela terra em uma região onde mais de mata gente na luta pela reforma agrária no país.

Coube ao MST, após a execução de dois de seus dirigentes, Onalício Araújo Barros (Fusquinha) e Valentim Silva Serra (Doutor), executados no dia 26 de março de 1998, radicalizar no processo de luta pela terra e afrontar as cercas dos grilos. O caso ocorreu dois anos após o Massacre de Eldorado. Não se trata de um grilo qualquer. Trata-se de terra apossada pela oligarquia mais violenta da região, a família Mutran.

Ainda por iniciativa do MST, funciona no Projeto de Assentamento Palmares II, no município de Parauapebas, desde 2011, o Instituto de Agroecologia Latino Americano (IALA), voltado para cursos de pós-graduação, cursos livres e seminários. A iniciativa integra a agenda da Via Campesina da América do Sul. Interessante aqui é a localização geográfica, do espaço de educação, no perímetro de interesse da mineradora Vale. Tem-se a compreensão no método de luta do MST da região, que a luta em oposição ao grande capital transborda para além das fronteiras da região.

Materializa-se assim, uma proposta ao modelo industrial monopolista baseado no uso intensivo dos recursos naturais a partir de diálogo na escala continental, como implicações em modelos produtivos nos territórios da reforma agrária. Questão agrária, educação do campo e agroecologia foram as especializações oferecidas até o momento. Em 2018, pesquisadores da USP foram recebidos no auditório do IALA (Figura 4).

Fotografia 4: Salão de Eventos do IALA – Parauapebas/PA/2018.



Fonte: Arquivo do autor/2018.

Sobre a presença do MST na região, assim interpreta Ceará (2018)

Foi criado o MST
 Movimento sem igual
 Para ocupar o latifúndio
 Com organização total
 Fazendo a terra cumprir
 Sua função social Ceará (2018).

O cordelista a partir dos versos festeja o protagonismo dos movimentos sociais em busca de reconhecimento político e da pressão sobre o governo, onde realça que:

Viva as organizações
 dos movimentos sociais
 a nossa Via Campesina
 destemida e capaz
 Que estamos fazendo aqui
 O que os governos não faz. Ceará (2018).

Com relação à efetivação de projetos de assentamentos na região, após o Massacre de Eldorado, ocorre um reconhecimento em massa de áreas ocupadas. Muitas delas há mais de duas décadas, como alertaram vários documentos produzidos pela CPT. Os dados tabulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), SR 27, indicam que nos primeiros oito anos, que corresponde à faixa de 1987⁷ a 1995, somente 64 PAs foram efetivados; enquanto que no segundo momento, - após o massacre - que corresponde entre 1996 a 1999, ou seja, três anos, 202 PAs foram reconhecidos. O que representa um aumento de 315.6% em relação ao período anterior.

Guerrilha do Araguaia, Garimpo de Serra de Pelada, grandes projetos, aos moldes do Programa Grande Carajás (PGC), baseado em concentração de capitais, colonização induzida e espontânea são fatores econômicos, políticos e históricos que contribuíram para a

⁷ Sob o decreto de número 3938, no dia 15 de janeiro de 1987, numa área de 5.058.4728 hectares foram assentadas 92 famílias do que veio a ser o primeiro PA da reforma agrária no sudeste do Pará, o Castanhal Araras, localizado no município de São João do Araguaia.

composição de uma complexa arena marcada por conflitos gerados por diferentes sujeitos, onde constam: a mineradora Vale, e umas que operam em menor escala, tantas outras de forma clandestina, indígenas, camponeses, garimpeiros, grileiros, fazendeiros, oligarquias, mídia e o Estado em suas múltiplas faces.

Neste ambiente, a PA-150 é construída nos anos de 1970, durante o governo de Jader Barbalho. Uma vez mais reconfigura-se o espaço, os sujeitos que atuam para a sua definição em território, e na indicação de um devir para a região.

A rodovia surge como uma das principais artérias do estado. Ela mede 1.100 quilômetros de extensão numa das principais regiões econômicas do Pará, por abrigar o polo de mineração de Carajás e o maior rebanho da pecuária extensiva. Uma fronteira agromineral⁸, como avaliou o pesquisador Jean Hébette (1989 e 1996).

A via liga Goianésia do Pará à Marabá, a partir do entroncamento da PA-475 com a PA-263, além de articular o sudeste e o sul do estado à capital Belém. E, ainda ao Nordeste, à Brasília, e outras regiões do estado e do país.

A estrada é uma espécie de eixo de integração com outras rodovias. Ela se vincula à BR-155/BR-158 (Marabá/Redenção/Santana do Araguaia), na divisa com o estado do Mato Grosso; BR-222 (Marabá/Dom Eliseu), no entroncamento com a BR-010 (Belém-Brasília); e a BR-153 (Marabá a São Geraldo do Araguaia), na divisa com o Tocantins.

A PA-150 integra a história da região considerada a mais violenta na luta pela terra no Brasil – o Bico do Papagaio –, o que corresponde ao sudeste e sul do Pará, o norte do Tocantins e o oeste maranhense. Não sabemos se por ironia ou reivindicação, o nome do advogado Paulo Fonteles, executado a mando do latifúndio em 1987, nomeia hoje a rodovia. João Batista e Gabriel Pimenta foram outros advogados executados a mando dos fazendeiros, no mesmo período. Todos eles eram alinhados à defesa da reforma agrária e apoiadores dos movimentos socioterritoriais. Fonteles e Batista, além de advogados foram deputados estaduais.

Numa conjuntura marcada por fortes tensões, no início da década de 1980, a CPT e seus pares criam o boletim Grito da PA-150. Veículo impresso que se tornou tributário de boa parte da memória da luta pela terra deste momento. Em sua edição inaugural relata as ações do grileiro natural do Espírito Santo, Osanir Silva, que contratou 40 capangas para expulsar camponeses no Km 51. O boletim denuncia que Zé de Serra, pistoleiro de Silva, foi o responsável pela morte do lavrador Lourival Marques da Silva.

Grilagens de terras, coerção privada e pública, denúncias contra as ações do Getat, ações das famílias das oligarquias rurais, pistolagem, omissão do Estado em punir pistoleiros,

⁸ Consultar sobre o conceito Castro e Hébette (1989) e Hébette e Moreira (1996).

grileiros e mandantes de execuções e chacinas, agendas da Igreja, agenda sindical, datas comemorativas, a exemplo do dia do Trabalhador Rural integraram a pauta do boletim.

Padre Paulo Joanil da Silva, mais conhecido como padre Paulinho, atual coordenador da CPT no estado do Pará explica que tudo era feito pelos agentes pastorais. Nesta época, entre os religiosos constava a irmã Dorothy Stang⁹. Na década de 1980 Stang militava na cidade de Jacundá, próximo à Marabá. No rosário de religiosos tem-se ainda o saudoso padre Humberto, padre Roberto de Valicourt, D. Alano, enquanto no MEB (Movimento de Educação de Base) figuravam os educadores Ademir Martins, Beta Martins, entre outros.

Em entrevista concedida a este pesquisador na sede da CPT, Paulinho¹⁰ conta que:

O jornal era feito no mimeógrafo. Dava um trabalho danado, a gente não tinha recurso, tinha de fazer coleta. O Eduardo Pedroso era o responsável pela feitura. A produção era toda em Marabá, pela equipe do MEB e CPT, onde constam Emanuel Wambergue, Ademir Martins, a educadora Beta (falecida), que era esposa do Martins, com apoio irrestrito da Diocese de Marabá e do bispo da época, D. Alano. O boletim nunca foi atacado de forma jurídica. Nunca foi judicializado. Nenhuma matéria foi taxada de faltar com a verdade. Mas, era odiado pelos ricos (Informação verbal). Entrevista concedida na sede da CPT, em Belém, em 05 de maio de 2017).

O Grito da PA-150, gestado no sudeste paraense, o Jornal Resistência, editado na cidade de Belém, o boletim Lamparina, realizado no Baixo Amazonas, o Jornal Varadouro, produzido no Acre guardam frações significativa da história de luta dos povos tradicionais das Amazônias.

Tais veículos de comunicação do campo popular registraram elementos que podem colaborar para a compreensão sobre as disputas territoriais na Amazônia. Representam ainda expressões das disputas de narrativas sobre as complexidades das feições socioculturais destes sujeitos, historicamente marginalizados.

Neles podemos encontrar tanto os sujeitos que conferem feição aos movimentos socioespaciais, estes os produtores/mediadores dos boletins, quanto as pautas de lutas dos movimentos socioterritoriais, integrados pelos movimentos indígenas, dos seringueiros, das comunidades quilombolas, do movimento de quebradeiras de coco babaçu, beiradeiros, posseiros, sem-terra e afins, que empreendem ações de ocupação, ações de empate, erguem acampamentos, semeiam marchas, que batem os tambores, entoam cantos, ladainhas, fotografam, fazem livros e filmes, e que têm no território condição essencial para a sua reprodução.

⁹A missionária foi executada por pistoleiros em fevereiro em 2005, na cidade de Anapu, no oeste do estado. O processo cheio de reviravoltas condenou os pistoleiros Rayfran das Neves Sales e Clodoaldo Carlos Batista. Até o julgamento o processo levou 10 meses. Um tempo que contraria a lógica dos demais casos de execuções na luta pela terra, que ultrapassa a casa de 10 anos. Os fazendeiros Vitalmiro de Bastos, vulgo Bida e Regivaldo Galvão, vulgo Taradão são os acusados pela encomenda da morte da religiosa.

¹⁰Natural de Carmo do Rio Claro/MG.

Os esforços de Fernandes (2005) em elaborar o conceito de movimento social sob a angulação do campo da Geografia, adota como referência a multidimensionalidade do espaço e do território construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais.

Neste sentido, defende que os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência e reprodução, enquanto os socioespaciais são sujeitos que não reivindicam o território como elemento chave para a sua reprodução na condição de mediadores das lutas dos primeiros, no entanto, intermediam a produção de espaços políticos em apoio a estes.

Os movimentos socioterritoriais descortinam formas de apropriação do espaço para além das cercas do modo de produção capitalista, enquanto os movimentos socioespaciais atuam dentro do escopo político administrativo da política institucional.

Pedon (2009: p,184) empenha que o movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas.

No escrutínio aqui proposto, podemos identificar como movimentos socioterritoriais os posseiros organizados politicamente numa hierarquia a partir das delegacias sindicais, sindicato dos trabalhadores rurais, a federação no âmbito do Estado e a confederação na escala nacional, no contexto dos anos 1980, e, posteriormente, o MST, que se estabelece na região nos anos 1990.

Este investimento em qualificar o debate, no campo da Geografia, sobre os movimentos sociais, tem em Manoel Corrêa de Andrade, Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves e Ariovaldo Umbelino alguns dos pioneiros, revisa Pedon (2009) em sua tese; que esclarece que é nos anos 2000, a partir dos trabalhos Bernardo Mançano Fernandes e Jean Yves Martin que a problematização ganha maior substância.

Fração da Igreja Católica, expressão da CPT, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), MEB, partidos políticos legais e clandestinos, ONGs de defesa dos direitos humanos, meio ambiente, educação e assessoria, intelectuais orgânicos, instituições de financiamento representam a trincheira da mediação, os movimentos socioespaciais.

Ambos os movimentos atuavam articulados em redes para além de seus limites territoriais. Neste sentido, cumpre registrar o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), Fórum Carajás, Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). E, posteriormente, emergem movimentos que convergem as suas ações em defesa dos rios, assim temos, o Movimento Xingu Vivo e o Tapajós Vivo. Todos articulados em escala mundial, e em particular, Panamazônica.

Com a territorialização camponesa ocorrida após o Massacre de Eldorado, muitas das ONGs entraram em refluxo, deixaram de operar na região ou encerraram as atividades em definitivo. Ausência de recursos financeiros, reorientação da ação da instituição, e a

afirmação política das representações camponesas, a exemplo da Fetagri e do MST podem ajudar a explicar o fenômeno.

Anos 1980 –a luta pela terra e seus mediadores

O agitado fim do século XX colocou o mundo pelo avesso. Neste momento de grandes transformações, podemos realçar que o aprofundamento da Revolução Verde, a partir de sementes transgênicas, o fim da experiência socialista no leste europeu, grandes revoluções nas tecnologias de informática e de comunicações – que reconfiguraram as fronteiras do espaço e do tempo –, hegemonia das agências multilaterais e de *global players* no cenário econômico e político mundial representam alguns dos elementos do que se convencionou chamar de “nova ordem mundial” do modo de produção capitalista. Por alguns nomeado de globalização, mundialização ou neoliberalismo¹¹.

No hemisfério Sul, para a economia brasileira, a década de 1980 é tida como perdida. No campo político, trata-se dos anos da Nova República, redemocratização do país após 20 anos de regime de exceção, que colide com o ocaso do que ficou conhecido como milagre brasileiro. Na Assembleia Constituinte, o *lobby* dos ruralistas mobiliza-se no sentido de dificultar a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A sua face mais radical organiza a União Democrática Ruralista (UDR¹²), revisa Almeida (2013).

O referido autor defende que a UDR é creditada um cipoal de chacinas e execução de camponeses. Bem como de advogados [Gabriel Pimenta, João Batista e Paulo Fonteles], dirigentes, leigos e religiosos que apoiavam a luta pela terra. Assim tombaram sindicalistas no sul e sudeste do estado, entre eles: Expedito Ribeiro, família Canuto, Raimundo Ferreira Lima (Gringo), irmã Adelaide em Eldorado do Carajás, o sindicalista Arnaldo, na mesma cidade, o padre e agente da CPT, Jósimo, no município de Imperatriz, no oeste do Maranhão.

No agitado mar da transição política no país, partidos do campo democrático (PT, PDT, PMDB), organizações sociais e populares se reorganizam em todo o país, de Norte a Sul. É esse movimento que dá corpo à campanha das Diretas Já, que encarnou a campanha pela Anistia, que vai fazer assentos na Assembleia Nacional Constituinte. Neste contexto, parte da Igreja Católica também se converte às lutas populares.

Amparado em autores que investigaram a conjuntura em debate, Almeida (2013) ratifica a tese de que a guinada ocorre após os congressos de Medellín (1968) e Puebla (1979), quando se descortina o que ficou conhecido como Teologia da Libertação. Parte da Igreja Católica opta por uma ação conjunta mais próxima aos segmentos populares na

¹¹ Ver entre outros Ianni (1995), Chesnais (1996), Santos (2000) e Harvey (2011).

¹² A UDR/PA foi criada no dia 17 de maio de 1986 no Parque Agropecuário de Redenção. Ronaldo Caiado, Roberto Paranhos Rio Branco da Associação dos Empresários da Amazônia, Alceline Veronese, prefeito de Redenção, Plínio Junqueira/SP, Udelson Franco/MG prestigiaram o evento (FERNANDES, 1999, p. 111).

América Latina. No meio rural amazônico, a associação e apoio das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) aos posseiros e sem-terra, revela-se significativo no jogo de enfrentamento a fazendeiros, a madeireiros, a grileiros e ao Estado, na tomada dos sindicatos das mãos dos pelegos¹³.

Neste ambiente de transição e grandes modificações no cenário político e social da região, a execução do seringueiro Chico Mendes no ano de 1988 constitui-se como um divisor de águas com relação às políticas públicas para a região, tendo como marco o reconhecimento da criação de várias reservas extrativas (Resexs), além da efetivação de institucionalidades no setor de meio ambiente e dos povos tradicionais.

A ação coletiva originada a partir dos movimentos sociais, com ênfase aos seringueiros¹⁴ dos rincões do Acre, representa uma grande inflexão no debate sobre a reforma agrária na Amazônia, por agregar, para além das riquezas que nela existem, a efetivação da reprodução daqueles que nela nasceram. Em outras palavras, movimentos socioterritoriais.

Bem como, num caso bem particular, coloca em outros patamares o debate sobre o mundo agrário e fundiário na região. Além das Resexs, Projetos de Assentamentos Agroextrativistas serão efetivados. Agrega-se para além da luta pela terra, o debate sobre o uso das riquezas da floresta a partir dos que nela vivem. Os povos da floresta, os povos tradicionais ganham significativa força política no cenário nacional e mundial numa cadeia de reivindicação da cidadania plena, a mobilizar o caráter da identidade em defesa de seus territórios, como reflete Porto-Gonçalves (2001).

Trata-se de uma relevante página da insurreição ocorrida num momento de transição política do cenário nacional. Os estados do Acre, a gênese da luta seringueira e o Amapá irão se consolidar como estados de referência da cultura da defesa dos povos tradicionais e da floresta.

A “conquista” da fronteira em debate é um rio de sangue. A década de 1980 é consagrada como a mais violenta no sudeste e sul do Pará. Os dados sistematizados pela CPT sobre a violação dos direitos humanos na região são expressões desta brutalidade do processo.

Entre balas, castanhais e benesses

Almeida (2013) destaca que dados coletados na CPT por Anthony Hall (1990) indicam que 125 pessoas estavam marcadas para morrer em 1987, numa lista organizada

¹³ Termo é usado para designar o sindicalista sem compromisso com a categoria dos trabalhadores. O termo nasceu no governo Vargas, que tutelou, sob a inspiração fascista, a criação de sindicatos.

¹⁴ A propósito, ver a tese do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, 1999.

pelos fazendeiros, e que 45 camponeses foram presos no ano de 1985, um ano depois, o número pula para 700.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1991) explicita que a ineficiência de uma orientação e prioridade, no que diz respeito a quais imóveis deveriam ser desapropriados, levou a que fossem instruídos processos relativos a imóveis cuja desapropriação só interessava aos proprietários. Os latifundiários beneficiam-se, livrando-se de terras de baixa qualidade, que transferiam aos camponeses vantajosamente através do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). A chamada “desapropriação amigável” tornou-se frequente sob uma visão ilusória de conciliar interesses divergentes. Na Amazônia, as Comissões Agrárias funcionaram como fator para esfriar o ritmo ao processo desapropriatório.

Um elemento importante relacionado à posse da terra recai sobre a aquisição de castanhais de pretensos donos ou foreiros no ano de 1987/1988 pelo Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária (MIRAD), sob a direção de Jader Barbalho, no governo federal do maranhense José Sarney, como informam as professoras Marília Emmi e Rosa Acevedo (1997). Na interpretação das pesquisadoras, a medida não passou de um beneficiamento financeiro à elite local. Apesar do pedido de desapropriação das terras ter partido do STR de São João do Araguaia, ganhou outra dimensão.

É nesse período que os pecuaristas vão fomentar o maior desmatamento da Amazônia, preocupados em forjarem benfeitorias em “suas terras” ameaçadas pelo PNRA. O jornalista Lúcio Flávio Pinto (2004) lembra que 200 mil quilômetros quadrados de cobertura vegetal, de todo tipo (sendo 80 mil Km² de floresta densa) tinham sido postos abaixo no ano de 1987.

As pesquisas de Marília Emmi e Rosa Acevedo (1997) indicam que o STR de São João do Araguaia pleiteava inicialmente a desapropriação de 34 castanhais. A resposta do MIRAD pareceu, num primeiro momento, ter ido além das pretensões, pois a área quase duplicou: de 34 imóveis, perfazendo 147.921 hectares, aumentou para 61 imóveis, com uma superfície total de 235.011 ha. De fato, a aparente ampliação dos castanhais adquiridos pelo MIRAD, 50 foram vistoriados até 1990. Após essa providência, o INCRA elaborou cinco projetos de assentamento, englobando 24 castanhais, em uma área de 103.999 ha.

Luta pela Terra – os posseiros e suas mediações

O belga Jean Hébette (2004) que dedicou boa parte de suas investigações à região, elucida que, unidos pela necessidade de sobrevivência, a luta pela posse da terra e pela permanência do lote, a resistência à violência, constituíram para muitos um cimento de coesão dos camponeses. Muitos que não se visitavam, e que se conheciam apenas como “Baiano”, “Mineiro”, ou “Ceará”, entrosaram-se pela necessidade de sobrevivência.

O pesquisador revela que a vida política, vida sindical, e em parte, vida religiosa, estiveram então imbricadas em medidas e formas diferentes, tanto a leste quanto a oeste do Tocantins, marcadas pela presença de seus líderes (tão diferentes no temperamento, na formação e nas convicções) e pela orientação dos grupos de apoio. A luta pela terra foi durante muito tempo uma força fundamental.

Já o uspiano Octávio Ianni (1979) enfatiza que os dominicanos estão na região desde a fundação do município de Conceição do Araguaia, quando o mesmo exercia o papel hoje atribuído à Marabá, de cidade polo regional. Sabe-se que a organização do STR em Rio Maria deve-se, em certa medida, à presença dos dominicanos franceses e leigos na organização das CEBs. A mobilização dava-se, a partir da organização dos grupos de estudos bíblicos. Os precursores das comunidades de base. Tarefa realizada em lombo de burro. A cruzar vicinais.

Cumprir aqui sublinhar ainda o projeto coordenado pelo professor Hébette¹⁵ (2004), o Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), composto pelo Laboratório Socioambiental do Tocantins (Lasat) integrado por pesquisadores, e a Federação dos Trabalhadores do Araguaia Tocantins (FATA). A inquietação do projeto era associar o conhecimento com as demandas dos trabalhadores rurais, a partir da metodologia de pesquisa, que consiste em fazer o diálogo entre o saber científico e o tradicional.

Em 1988 a FATA era composta por dois diretores dos sindicatos dos municípios, e um representante na direção, assim composta: São do Araguaia [Almir Ferreira Barros], Itupiranga [Manoel Monteiro], Jacundá [Maria de Jesus], São Domingos do Araguaia [Francisco de Assis Soledad], Nova Ipixuna [Batista Delmontes], e Marabá [Antônio Chico].

O leigo francês Emanuel Wambergue é outro sujeito na história da região que merece menção. Ao lado de outros protagonistas, é um dos fundadores da CPT, e o seu primeiro coordenador. Aportou na região no fim da década de 1960, no período da Guerrilha do Araguaia. Ainda mora em Marabá, e milita junto aos movimentos camponeses, desta feita, mais voltada para o campo da educação.

Segmentos da Igreja Católica, partidos políticos clandestinos e outros em organização, ONGs, intelectuais orgânicos somaram no processo de luta pela terra da região, onde possuem relevo na caminhada de organização nas delegacias sindicais, cantinas, cooperativas, caixas agrícolas, associações e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), o CEPASP¹⁶, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE),

¹⁵ Para melhor conhecer o perfil do pesquisador, ler o artigo O LAVRADOR E POSSEIRO DA CIÊNCIA – uma publicação sobre as complexas relações entre informação, conhecimento e desenvolvimento no Brasil atual, do professor Gutermberg Armando Diniz Guerra.

¹⁶ Nas observações de Jean Pierre Leroy (2000), o CEPASP emerge como o braço institucional do Partido Comunista Revolucionário (PCR), junto aos trabalhadores do campo. Nos dias atuais, o centro se denomina como Comuna Cepasp, e mantém atividades de formação política, produção de conteúdos sobre os grandes projetos, espaço de debate, atividades culturais, e todo sábado realiza uma feira voltada para a agroecologia.

o Conselho Sindical dos Seringueiros (CNS) e a Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos (SPDDH).

A guisa de considerações

Nada é do jeito que foi há alguns anos. Passadas mais de três décadas desde a implantação do PGC (Programa Grande Carajás), o mapa da região passou/passa por profundas alterações – territorializações, desterritorializações e reterritorializações. Cumpre aqui realçar o Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 1996, quando 19 trabalhadores sem-terra foram sumariamente executados por tropas da PM, no lugar denominado “Curva do S”, durante o governo do médico Almir Gabriel (PSDB), e no secretariado de segurança de Paulo Sette Câmara, no período de gestão de Fernando Henrique Cardoso como presidente.

O crime contra os sem-terra provocou o reconhecimento em massa de ocupações como projetos de assentamentos da reforma agrária (PAs). Na época, os 36 municípios sobre a responsabilidade da Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Marabá contabilizava pouco mais de 60 PAs.

A presença do MST no sudeste do estado do Pará colaborou na oxigenação da luta pela terra a partir de metodologias que confrontam os grilos institucionalizados a partir dos apossamentos dos castanhais do povo. Romper as cercas e tomar posse da terra pública, e por consequência, afrontar velhas estruturas de poder e oligarquias, tendo como base a organização de núcleos familiares orientaram as ações do movimento.

Os governos pressionados tanto pelos setores da sociedade nacional, quanto pela ação internacional, irão colocar a região como a que mais concentra PAs no país. Nos dias atuais, contabiliza mais de 500 PAs, o que representa pouco mais de 50% do território da região. O caso contraria teses de intelectuais que avaliaram que o posseiro da fronteira cederia lugar à “eficiência” do capital, e seguiria em itinerância. Verifica-se nesta ação uma territorialidade do movimento que ultrapassa as suas fronteiras de mediações locais, restritas a sua região. Globaliza-se a luta.

No entanto, chacinas prosseguem, a exemplo do Massacre de Pau D’arco, ocorrido em maio de 2017, onde policiais militares e civis executaram 10 posseiros, em ação de reintegração de posse da fazenda Santa Lúcia. Os executados faziam parte do quadro da Liga dos Camponeses Pobres.

Noutro extremo, a Vale, que possui a hegemonia na definição do território local, engendra em seu portfólio o maior projeto de extração de minério do mundo. Desta feita, no município de Canaã dos Carajás, o S11D¹⁷.

¹⁷A Vale (2017) indica que é o maior projeto da história da empresa. Vai explorar 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano. O investimento é de US\$ 19,5 bilhões entre a abertura de mina e as obras de logística

O mesmo promove, como nos anos da década de 1980, uma nova reconfiguração do espaço/tempo local a atender demanda de ultramar, a afetar Unidades de Conservação, PAs, terras indígenas e quilombos, desde a mina até os portos de São Luís/MA. Como nos tempos de Cabral, as riquezas continuam a singrar os mares. No caso, o saque dos minérios, o maior trem do mundo, com mais de 300 vagões, diuturnamente corre perto de 900 quilômetros entre Carajás/PA a São Luís/MA.

E o trem danou-se naquelas brenhas... tanto queima, como atrasa. Apropria-se e expropria, e contraditoriamente, semeia resistências por entre os trilhos de um possível devir.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). *In*: LÉNA, Philippe; OLIVERIA, Adélia E. (orgs.). **Amazônia a fronteira agrícola: 20 anos depois**. Belém:MPEG, 1991. p. 259-290.

ALMEIDA, R. **Territorialização do Campesinato no sudeste do Pará**. NAEA/UFPA, Belém, 2013.

EMMI, M.; ACEVEDO MARIN, R. De posseiros a assentados: precariedades das ações fundiárias no sudeste do Pará. *In*: COELHO, M. C.; COTA, R. (orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém. NAEA/UFPA,1997. p. 251-274.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 8, n. 6 p. 14 - 34 Jan./jun. 2005.

FUNES, E. A. **“Nasci nas Matas Nunca tive Senhor: História e Memória dos Mocambos no Baixo Amazonas”**. São Paulo: USP, 1995.

HALL, A. **Amazônia desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

HEBETTE, J. A resistência dos posseiros. *In*: **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA, 2004. v. 2. p. 192-196.

Grito da PA 150. Caderno da Comissão Pastoral da Terra (CPT/PA), 2000.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

JOANIL, P. Grito da PA 150 e a luta pela terra no Pará. Entrevista concedida à Rogerio Henrique Almeida na sede da CPT de Belém/PA. Maio de 2017.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais: Uma contribuição à Pesquisa Geográfica**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente,

para escoar a produção. (BNDES) é o responsável por parte dos recursos, ao lado do banco japonês, Japan Bank Internacional Cooperation (JBIC).

2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf. Acesso em: junho de 2020

PINHEIRO, F. V. **Destruição da Amazônia**. Literatura de Cordel. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Marabá, 2018.

PINTO, L. F. A moralidade é o limite. **Jornal Pessoal**, Belém, n. 316, 2004.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo, Contexto, 2001.

SILVA, D. V. **Refletindo o passado a partir do olhar do presente**. In. Memorial da Terra dos Castanhais: Migração, Luta pela Terra e Educação no Campo. ALMEIDA, R et al (org). p. 64-94. Editora Iguana e Unifesspa, Marabá/PA, 2018. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B1WW0HxcB78JM3NKSWF2bldNcGkzYmxHdHp4TXIsS3Rx b0pJ/view>. Acesso em junho de 2020.

Sobre o autor

Rogério Henrique Almeida – Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-8513-315X>

Como citar este artigo

ALMEIDA, Rogério. Fragmentos sobre as pelejas pela terra na região do Araguaia-Tocantins. **Revista NERA**, v. 25, n. 62, p. 115-134, jan.-abr., 2022.

Recebido para publicação em 01 de dezembro de 2019.
Devolvido para revisão em 09 de junho de 2020 e 13 de janeiro de 2021.
Aceito para publicação em 12 de julho de 2021.
